

1

Introdução

1.1

Proposta

Fenômeno narrativo das televisões em todo o mundo, o telejornal faz parte da vida cotidiana moderna. No Brasil, os telejornais do chamado horário nobre, entre 20.00 e 21.30 horas da noite, são assistidos por uma ampla audiência, um público que outros programas diários de TV dificilmente conseguem aglomerar.

Há que se perguntar se a nova confluência midiática de TV e internet na mesma tela, ao fazer a multiplicação de transmissões de TV, abertas e pagas, bem como o aumento do número de redes de TVs, e, portanto, de opções para o telespectador, irão dispersar este público, que comparece, às noites, diariamente ou periodicamente, diante do telejornal. Há que se perguntar também se, neste contexto de crescente multiplicação de escolhas, o binômio telenovela/telejornal, no Brasil, será menos presente do que é hoje, e há que se perguntar por que é tão presente atualmente. E, enfocando-se apenas o telejornal, pode-se perguntar se ele abandonará seu formato padronizado mundialmente, ou se haverá formatos de telejornais diversos, distintos dos que temos hoje – atualmente não há muitas variações no que se refere a seu cenário, seus constituintes básicos (notícias e reportagens) e seu compromisso com uma certa objetividade comunicativa, aquela objetividade que permita, basicamente, a narração de um conjunto de fatos acontecidos, para muitas pessoas com diferentes perfis assistirem.

O escritor e semioticista Décio Pignatari, em seu livro *Contracomunicação*, de 1971, sugere que a televisão é também um lugar onde as tribos, dispersas pela modernidade, se re-identificam, se reintegram como tribos (PIGNATARI, 2004). O telejornal, então, seria aquele programa que tem o compromisso de reunir várias dessas tribos, uma vez que atrai para si a audiência de várias delas. Se pensarmos que cada tribo (classe social, étnica, profissional, religiosa, cultural – *stricto sensu* – etc) tem um *repertório* lingüístico próprio, naturalmente concluiremos que o telejornal, de ampla audiência, terá que falar a

língua de várias tribos, ou grupos sociais específicos. Um dos recursos para alcançar este êxito é seu limite referencial.

Vamos nos propor a estudar como se dá esta referencialidade jornalística, cientes de que as noções de objetividade e subjetividade que as sociedades têm mudam com o tempo. Por exemplo, no telejornal de 20 anos atrás, qualquer manifestação mais subjetiva do locutor era evitada ao máximo – nas suas expressões faciais e na sua comunicação verbal. Hoje é comum o movimento das mãos, pelo *âncora* (apresentador), e o diálogo entre âncoras, além de outras permissões interativas.

Estudaremos os movimentos interativos no discurso telejornalístico, especificamente os processos narrativos envolvidos no texto das notícias e reportagens, e que mapeiam a informação, dão-lhe especificidades técnicas e matizes interpretativas. Propomos estudar a narrativa telejornalística pelo viés da metáfora. E propomos discutir como se dão as operações metafóricas no telejornal e como estas operações conferem à linguagem caráter de oralidade – ainda que o texto final, do locutor que fala, seja anteriormente escrito.

O telejornal parte de um texto primeiramente escrito, mas que se quer a meio caminho entre este e o falado. Exatamente na contrapartida da enunciação, no texto lido diante das câmeras, “reaparece” a oralidade, e o texto escrito transforma-se em conversação entre locutor e espectador. Veremos como as metáforas comparecem nestas operações enunciativas, dando ao texto falado e escrito um caráter formal e informal, objetivo e subjetivo, segundo o contexto – poderíamos colocar aspas nestes pares de (ex-)oposições, pois ainda não sugerimos nossa compreensão de seus conceitos, como estão entendidos atualmente, o que esperamos fazer adiante.

Pelo título deste trabalho, vê-se que partimos do princípio de que a oralidade está fortemente presente na linguagem telejornalística, a despeito da natureza mais “referencial” e “denotativa” (segundo as “funções da linguagem”, em Jakobson, 1971). Este estudo pretende evidenciar como a oralidade se faz presente no telejornal brasileiro atual. E como o uso das metáforas contribui para isso, como recurso fundamental.

1.2

Objetivos

Como principal objetivo, queremos descrever um telejornal brasileiro, em suas técnicas narrativas, e a relação destas técnicas com algumas interpretações pragmáticas possíveis. Como técnica, entendemos princípios cênicos, posturais, corporais, visuais e verbais. Deter-nos-emos neste último princípio, o verbal, com foco nas metáforas. Como Pragmática, entendemos o uso social da linguagem, ou seja, o alcance social das práticas lingüísticas, ou as ações, as condutas, as atitudes, tudo aquilo que a linguagem, em uso, efetivamente causa na vida social.

Como objetivos secundários, pretendemos:

- a. Identificar o caráter oral existente no telejornal atual, e a contribuição deste caráter para a criação de intimidade, familiaridade e credibilidade social.
- b. Identificar os recursos narrativos do telejornal, ou seja, elementos de construção frasal e de coerência narrativa, e sua relação para a constituição do telejornal enquanto um gênero discursivo específico.
- c. Identificar as metáforas dos enunciados telejornalísticos, destacando dois principais tipos, quais sejam, as “metáforas estruturais” e aquelas que chamaremos de “metáforas semióticas”.
- d. Identificar os contextos, ou seja, os temas do cotidiano em que os recursos orais, narrativos e as metáforas comparecem.

1.3

Metodologia

Para esta pesquisa, basicamente qualitativa, trabalharemos algumas enunciações de um telejornal do Brasil, o Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão, que vai ao ar pelo canal 4 – no Rio de Janeiro –, na TV aberta, ou no canal 19, ou 21, na TV paga, de segunda-feira a sábado, das 20.15 às 21.00 horas, tendo cada programa a duração aproximada de 33 minutos. Observamos sete programas, em dias seguidos, de 02 a 09 de fevereiro de 2007, totalizando aproximadamente três horas de gravação, em mídia DVD. Deste total,

selecionamos o *corpus* a ser analisado – há também dados de três edições do Jornal Nacional do mês de novembro de 2006, porém com reduzido número de enunciados escolhidos.

Nossos dados foram retirados de edições de um mesmo telejornal, de apenas uma emissora, e não nos propusemos fazer comparações entre telejornais de horários diferentes, e de emissoras diferentes. Sabemos que cada mudança de horário e cada mudança de emissora acarretarão um estilo telejornalístico diferente, quão diferente será seu contexto: público telespectador, caráter nacional ou local, status social da emissora, e sua linha editorial. Acreditamos que, se ampliássemos demais os nossos propósitos, perderíamos os resultados que uma análise mais detida nas metáforas e na oralidade narrativa poderia sugerir.

Ressaltamos, então, que as afirmações que faremos não pretendem ser genéricas, embora acreditemos que poderão ser verdadeiras para outros telejornais. Como restringimos nosso *corpus*, e adotamos metodologia qualitativa, assumimos o inevitável subjetivismo que essas escolhas implicam.

Fizemos nossa seleção de enunciados da seguinte forma: gravados os sete programas, selecionamos todos os enunciados que contivessem recursos narrativos que julgamos analisáveis, do ponto de vista da oralidade, da metaforicidade, ou os próprios enunciados em si mesmos, como recursos de um gênero discursivo.

Como o leitor não tem acesso aqui ao visual, para fins de contextualização dos enunciados, fizemos uma classificação do tipo de enunciação do telejornal (por exemplo: “nota coberta”, “reportagem ao vivo” etc). A abreviatura de cada tipo ficará entre o número de entrada do enunciado e seu início (ver a Legenda, página 08). Com isto, o leitor poderá ter informações sobre o contexto informativo da enunciação e fazer a relação que necessariamente há entre tipo de reportagem e os recursos lingüísticos empregados, um de nossos objetivos. Fazendo-se esta relação, talvez se percebam mais aspectos relevantes.

Esclarecemos que alguns desses tipos terão o nome que o meio jornalístico emprega, outros não.

No capítulo 2, faremos um resumo sobre o que se teria teorizado sobre a metáfora, chegando até como as lingüísticas atuais abordam e praticam o assunto.

No capítulo 3, situaremos aspectos da narrativa telejornalística, comentando momentos do jornalismo mundial e brasileiro, e aspectos da história

da narrativa jornalística e telejornalística. Faremos então, no capítulo 4, uma análise dos enunciados, baseada nos pressupostos teóricos comentados em item a seguir, e segundo os nossos objetivos (item 1.2). No decorrer da análise, pretendemos sugerir conclusões preliminares, também a partir dos objetivos delineados. E terminaremos com as conclusões finais, no capítulo 5, onde pretendemos resumir em que medida nossos objetivos e nossas hipóteses, sugeridas a seguir, se confirmaram.

Nós não conceituaremos a metáfora – como se verá adiante – apenas no nível das palavras, portanto, numa abrangência apenas lexical. Entendemos que a operação metafórica se dá desde o nível sintático até o nível pragmático, ou seja, nas relações entre palavras ou termos, mas também entre palavra e texto, entre texto e contexto midiático, entre contexto midiático e contexto social. Suspeitamos que uma análise de metáforas se dê desde as palavras, chegando em operações semióticas sempre superiores e mais abrangentes, permitindo-nos, às vezes, comentários em outras áreas correlatas aos estudos de linguagem.

Gostaríamos de antecipar que as teorias pelas quais nós nos orientamos são a teoria Semiótica – esclareceremos em item subsequente qual abordagem semiótica adotaremos –, a Lingüística Crítica e a Lingüística Cognitiva. Nós não nos propusemos a fazer uma análise ou descrição semiótica do telejornal como um todo, a despeito de ser a metáfora um conceito que muito favoreceria esta atitude. Assim, é certo que muitos aspectos relativos ao encaminhamento narrativo telejornalístico poderão ficar de fora. Exemplificando, deixamos de fora todos os enunciados que julgamos “inteiramente” literais, ou seja, aqueles que não contivessem metáforas, nem constituintes importantes para nossa análise. Com isto, corremos o risco de cair em uma contradição com o que estamos propondo, pois um dos conceitos que sustentamos para este estudo é o de que qualquer enunciado, seja ele literal ou figurativo, traz elementos narrativos analisáveis. Digamos, então, que vamos analisar os recursos narrativos mais salientes do discurso telejornalístico, ou seja, partes do discurso onde pode haver, mais marcadamente, a subjetividade, as inferências, os estereótipos, as tautologias (frases feitas), as ironias e outros fenômenos.

No que se refere ao universo de imagens que compõem o telejornal, não nos propomos a analisá-las detalhadamente. Sabemos que uma análise detalhada das imagens, ou montagens, nos levaria a tantos comentários como os que

traçaremos aqui a partir dos textos. Em um estudo posterior, talvez se possa unir texto e imagem, para uma análise semiótica realmente completa. Por enquanto, enfatizamos que o nosso mote maior é o texto.

Entretanto, há duas utilizações de imagem que nos interessam de perto. Uma são os *selos*, nome dado às imagens que entram ao fundo ou ao lado do âncora, no canto da tela, ao iniciar uma reportagem, e que funcionam como *ícones* de temas recorrentes – por exemplo, o desenho do Palácio do Planalto, quando se trata de notícias do governo em Brasília (ver item 4.3.4).

Outra utilização de imagem que nos interessa é quando esta se refere a um objeto de maneira “literal”, enquanto o texto se refere a este objeto metaforicamente, o que denominaremos neste estudo *metáfora semiótica* (ver item 4.4).

Parece-nos também fundamental esclarecer que este trabalho está condicionado pelos contextos do presente momento, ou seja, que a nossa seleção de enunciados, que se tornou nosso *corpus*, está relacionada a nossos critérios exclusivos, que poderiam ser naturalmente questionados. Esperamos apenas ter levado em consideração tais contextos, fazendo-os menos ausentes, quando analisados, em relação a seu momento real de enunciação, e esperamos poder proporcionar “um” estudo, “uma” interpretação analítica, de um objeto de estudo também em constante mudança na sua forma narrativa, num contexto televisivo e num contexto social que também mudam. Pretendemos ter alcance em discutir sentidos atuais no telejornal, que sejam socialmente relevantes, com este estudo de caráter mais sincrônico e qualitativo.

1.4

Hipóteses

A conceituação de metáfora do filósofo grego Aristóteles é esta: “A metáfora consiste em dar a uma coisa um nome que pertence a outra coisa” (Aristóteles, *Poética*, p.260). Vamos ver este conceito, bem como as classificações de metáfora, mais detalhadamente (item 2.1). Basicamente falando, o filósofo grego entendia que os nomes seriam semelhanças das coisas do mundo físico, a sua representação. A metáfora, então, seria uma troca entre semelhanças, uma troca entre propriedades de dois termos, um transporte de significados entre

nomes. Quanto a seu uso, ela deveria ser usada com cautela, e sem exagero, assumindo ela mesma um – inevitável – caráter de “aberração”, de desvio do significado “normal”. A metáfora teria duas funções, uma relativa à beleza (daí a inclusão da metáfora na “Poética”), e outra relativa à persuasão (quando a metáfora seria estudo da “Retórica”). Assim, a metáfora deveria ser vista como enfeite, como recurso estilístico, como um recurso da literatura, como embelezamento, por um lado, e como figura de linguagem com fins de persuasão, por outro.

O conceito de metáfora que temos hoje em muitos compêndios gramaticais, de linha normativa, mantém a classificação de “figura de linguagem”. Nossa primeira hipótese é de que, ao contrário do que dizem as gramáticas de inspiração clássica – que, segundo o semiólogo e escritor Umberto Eco, seriam uma visão reducionista de Aristóteles –, a metáfora não estaria mais na literatura do que nas linguagens de caráter oral, ou caráter que seja uma mistura das duas. Na nossa visão, de acordo com uma Pragmática atual, a metáfora não seria um enfeite, um recurso estilístico, um capricho da linguagem, mas sim um recurso estruturador, presente na linguagem como ponto de partida de enunciação, e presente a todo momento.

Umberto Eco reconhece em Aristóteles a tendência de se enxergarem as palavras como semelhanças das coisas, como representantes das “afecções da alma humana”, ou seja, a tendência essencialista, que baseou a obra do filósofo grego. Porém, o semiólogo italiano sugere que a teoria da metáfora de Aristóteles também deu a entender mais do que apenas sugerir ver as coisas pela sua essência. A teoria da metáfora também abria a possibilidade para o que a metáfora poderia “dar a conhecer” (Eco, 1994). Veja-se este trecho, de Aristóteles, que confirma Eco: “As palavras comuns contêm apenas o que já conhecemos; é com a metáfora que melhor podemos apreender algo novo” (Aristóteles, *Retórica*, Livro III).

Em relação ao telejornal que vamos estudar, nossa hipótese é de que poderemos conhecer um pouco o que pode acontecer na relação entre os fatos e as notícias que relatam os fatos, através das metáforas, que são uma importante via de acesso a este conhecimento.

O lugar de uso da metáfora, segundo a gramática tradicional, é a literatura, e não outros registros de fala ou escrita. Mas, se fizermos uma breve análise de determinado estilo de literatura, que, desde o modernismo, se quer inovador,

veremos que é exatamente a arte que tem procurado “dizer cada vez menos”, em matéria de “transportes de significado”, como definiu Aristóteles, ao passo que um texto jornalístico, a despeito de sua “função referencial”, tem, cada vez mais, dito nas entrelinhas, haja vista as variadas teorias que já se criaram para estudar aquilo que está sugerido nos variados discursos jornalísticos, aquele enunciado que “diz muito mais do que está dizendo”, no sentido de indicar, junto ao que diz, uma “conduta” – segundo um dos princípios da Pragmática, do semioticista americano Charles Sanders Peirce, da década de 1930 –, ou uma inferência, ou um significado subliminar – segundo teorias da Pragmática, mais recentes.

Este pensamento ainda se pode sentir em nossa hipótese de que também a objetividade, a literalidade, em si mesmas, não existem – só existiriam em uma relação –, o que colocaria o discurso jornalístico “em pé de igualdade” com o discurso artístico, em termos de metaforização. Temos que concordar com o fato da obra de arte ser um gênero mais carregado de sentidos, e que opera muito mais – e essa é sua proposta – a intertextualidade e os procedimentos semióticos. E que o telejornal, por sua vez, é um gênero mais informativo, que também faz refletir, mas que se propõe a descrever para outras pessoas alguns fatos acontecidos, ou seja, não pode prescindir de uma função mais referencial. Na poesia, conceitos podem se igualar até sendo opostos – talvez a melhor poesia. No jornalismo, uma mistura descuidada de conceitos sobre realidade e ficção pode levar a atitudes gravíssimas – lembre-se o diretor de cinema Orson Wells, em 1938, em pronunciamento radiofônico, sobre a “invasão dos marcianos”, como cena de um radioteatro, adaptada do livro “Guerra dos mundos”, e que causou pânico na população americana. Sabemos claramente que este caso não foi uma mistura descuidada. Mas, certamente, um “sinal dos tempos”.

Veja-se esta vinheta da TV Cultura de São Paulo, veiculada em finais de 2007: “Quando a realidade começa a se parecer com a ficção, é hora de fazer documentários” (TV Cultura, 2007).

Ora, o documentário é uma extensão da reportagem – se o vemos pelo viés do jornalismo, excluindo o viés do cinema –, é uma reportagem extensa, um subgênero saído do gênero telejornal. Pode ser compreendido como uma mistura de reportagem e ficção. A vinheta transcrita acima está sugerindo que a realidade, em si, não é mais uma realidade. E que o documentário, como gênero jornalístico ou cinematográfico, faz sua ficção, a partir da realidade. Mas no cruzamento dos

conceitos convencionais de realidade e ficção, como sugere a vinheta, estão entrelaçados também os conceitos de objetivo / subjetivo, literal / metafórico.

Veja-se assim o momento em que a vinheta nos situa: em que ficção e realidade se encontram, nas narrativas artísticas, e em que o que é chamado “objetivo” no jornalismo está cada vez menos “literal” e cada vez mais próximo da rica metaforicidade da linguagem da arte – e também da oralidade.

E se ainda, vendo por outro viés a questão da exacerbação do realismo informativo, compararmos o telejornal com o cinema, quando o jornal exhibe as minúcias de cenas chocantes, ou as minúcias de planos de assaltos e outros espetáculos televisivos? Não estaria também já fazendo ficção, segundo a vinheta da TV Cultura? Não estariam já se confundindo com o cinema? Eis como a própria sociedade se entende hoje: ficção e realidade se encontram em mais locais imagináveis do que somente a obra de arte. De onde podemos fazer uma “analogia”, e dizer que também a metáfora se encontra em mais locais além de sua “realidade” – a origem do conceito – e “ficção” – o conceito de chegada, lendo reduzidamente Aristóteles. Vemos a metáfora, hoje, mais como quer o poeta e ensaísta I.A. Richards (1981), uma tensão, um movimento a querer ganhar significado, como pensamentos em interação, como um comércio, e não como um deslocamento.

Sugerimos, também, como hipótese, que a metáfora influencia e é influenciada socialmente, ou seja, está na dinâmica entre fundada e fundante de uma atividade linguística, nos discursos da sociedade, tendendo às vezes à conceituação de acréscimo linguístico, às vezes de componente da linguagem por excelência. Não procuramos estabelecer quem vem primeiro, se os conceitos sociais que nos regem, ou suas representações sociais, via discursos institucionalizados, na escola, na mídia etc. De novo aqui, estamos na encruzilhada da “representatividade”, da *mimesis* aristotélica. Para conseguirmos falar dos dias de hoje, a mídia será, ao mesmo tempo, produtora e reprodutora, apresentação e representação, e o telejornal manipulará narrativas objetivamente, mas sem abolir a subjetividade, criando inferências e ao mesmo tempo reexpondo o gosto social e a estética popular, que abrangem várias comunidades linguísticas.

Temos em conta que a narrativa telejornalística se apropria cada vez mais de procedimentos até então tidos como mais orais, mais informais, menos “sérios” – desde que os contextos o permitam – bem como de procedimentos

cinematográficos, documentaristas e publicitários, e de procedimentos da literatura, além de criar seus próprios mecanismos de riqueza narrativa.

Em reportagens que relatam jogos, por exemplo, sejam eles esportivos ou disputas políticas já codificadas como uma metáfora do jogo, deveremos encontrar narrativas menos literais, mais livres, mais criativas, mais metafóricas, com mais engendramento semiótico, devido à permissão que lhes confere o tema. Ao contrário, em reportagens policiais, onde o *status* de seriedade procura sempre ser mantido, os recursos desta “retórica” diminuem.

Isto não quer dizer, como já vimos, que em uma informação mais literal haja uma operação semiótica nula. Repetiremos que mesmo a informação mais literal significa mais do que ela mesma, no sentido das escolhas narrativas que se fazem, pelos jornalistas, estejam estes conscientes ou não disso.

A respeito da distinção entre metáfora e metonímia, é certo que faremos aqui uma distinção entre elas (ver item 2.4), mas lembraremos nossa preferência – seguindo Umberto Eco – por uma relativa indiferença quanto aos conceitos rígidos que as separam. Não temos a expectativa de encontrar na separação conceitual entre elas conclusões diferentes para os enunciados que analisaremos neste presente estudo. Por enquanto resumidamente, a diferença entre metáfora e metonímia está em que a metáfora clássica é uma substituição de um termo por um outro termo, de caráter semelhante. E a metonímia é a substituição de um termo por um outro, considerado da mesma família que o original – discutiremos detalhadamente os conceitos citados, como *substituição*, *família* e *original*, nos capítulos a seguir.

Finalizando este item, temos como hipótese que as metáforas que aqui chamamos de *semióticas* – recurso narrativo relativamente recente do telejornal –, aquelas que explicitam, ao mesmo tempo, o “lugar de origem” do conceito e o “lugar de destino”, nos mostram como os procedimentos narrativos do telejornal se atualizam, mudam, inovam. As *metáforas semióticas* são testemunhas da crescente permissão de sinalizações subjetivas, inventivas, na construção do texto, sendo um testemunho da influência do texto poético e do texto publicitário. Um exemplo desta metáfora:

Texto: “Nas grandes cidades brasileiras, no **cruzamento** da necessidade com a vontade de ajudar, costuma surgir a caridade, a esmola.”

Imagem: um plano geral de um **cruzamento** de duas avenidas.

As metáforas semióticas fazem aquilo que chamamos de “trocadilho” verbal. Um “gracejo” na informação. A exposição de todos os contextos significativos, numa só metáfora. No telejornal, é um trocadilho verbal-visual, onde um texto está falando de um conceito abstrato, enquanto a imagem está mostrando o objeto concreto deste conceito. Daí chamarmos este recurso de *metáfora semiótica*.

O telejornal, que sabe ser referencial, sabe também gracejar com seu próprio *código*, quando julga pertinente. Geralmente, reportagens que utilizam estas *metáforas semióticas* acontecem “ao vivo”, e na volta do jornal para o estúdio são recebidas, pelos âncoras, com um sorriso.

1.5

Referencial teórico

1.5.1

As teorias da Semiótica

As teorias semióticas que adotaremos terão sido originárias da Semiótica do americano Charles S. Peirce, iniciada no início do século XX, paralelamente à Lingüística, do suíço Ferdinand de Saussure. Resumiremos esta teoria, que é muito complexa, nos termos de uma *doutrina do signo* – citando Peirce.

Ainda segundo Peirce, o nome *semiótica* teria sido outro nome para *lógica* (lógica dos signos). Importando menos como chamaremos a Semiótica, se doutrina, se ciência, se lógica, ou ainda – lembrando o filósofo Jacques Derrida – *mitologia*, achamos que a Semiótica seria tudo isto ao mesmo tempo, e ainda, um *sistema*. Um sistema de *tricotomias*.

Como exemplo da aplicabilidade da semiótica peirciana, lembremos que foi a primeira teoria a mencionar a questão da função pragmática da pesquisa dos signos. Ou seja, por trás de uma teoria, havia uma conduta social efetivamente ativa na vida cotidiana. Isto pode ser visto na teoria Pragmática posterior, com a

teoria dos *Atos de fala*, de John Austin & John Searle (1969), e a *Teoria da Polidez*, de Brown & Levinson (1987), bem como nas teorias cognitivas da metáfora (ver item 2.5), com Lakoff & Jonhson (1980). Veja-se como podemos aferir isto com as palavras do criador da Semiótica:

a essência e a significação do pensamento (...) nunca podem ser compelidas a se dirigirem a algo que não seja a produção de crença (...), tudo que não se refere a crença não é parte do pensamento mesmo (...) A essência da crença é a criação de um hábito e diferentes crenças se distinguem pelos diferentes tipos de ação a que dão lugar (Peirce, 1984, p.55-56).

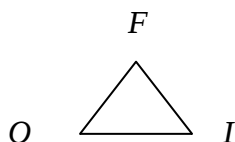
Podemos também atribuir à semiótica peirciana uma visão do signo lingüístico mais ampla do que a da Lingüística, inaugurada com Saussure, se pensarmos que a teoria peirciana inclui a análise de signos de variadas espécies, que são, além de palavras, pensamentos, imagens, visões, percepções sensitivas, os signos da matemática, e uma lista tão ampla quanto a atividade humana poderá registrar, em termos de acontecimentos no mundo, e de envolvimento humano a partir destes acontecimentos.

Saussure propôs um entendimento do signo lingüístico pela dicotomia:

Signo = Significante
Significado,

onde o *significante* é a forma, e o *significado* é o conteúdo. Saussure teria se dedicado detalhadamente na descrição do primeiro elemento do par, o significante, a forma, de modo que a Semântica, parte da lingüística que estuda o significado de uma expressão lingüística, não pôde avançar no conhecimento dos significados, uma vez que, através do estudo da forma, só se poderia ter um significado que se resumisse à palavra, sozinha, ou formando frases. A *frase* seria a última instância de interpretações que se poderiam esperar de uma Lingüística Estruturalista, formal. Entretanto, com a lingüística estruturalista funcionalista, de Roman Jakobson, e com o método sócio-discursivo, de Mikhail Bakhtin, por exemplo, seria possível ultrapassar a semântica da construção de frases, da lingüística tradicional, podendo-se incorporar à análise também elementos extra-lingüísticos, funcionais, sociais e pragmáticos.

A Semiótica de Peirce sugere que o signo seja visto como uma estrutura de tricotomias: *Um Signo (...) é um Primeiro que se põe numa relação triádica (...) tal para com um Segundo, chamado seu Objeto, de modo a ser capaz de determinar um Terceiro, chamado seu Interpretante* (idem, p.115):



onde *F* é a *Forma*, *O* é o *Objeto* e *I* é o *Interpretante*.

Esta é uma das tricotomias básicas da teoria semiótica. A *Forma* corresponderia ao *Significante*, de Saussure. Seria, por exemplo, a palavra ainda sem significado, tomada apenas pela sua materialidade no espaço. O *Objeto* seria a coisa referida pela palavra-forma; é o referente o qual a forma representa. E temos o *Interpretante*, que é quando as outras duas pontas – representante e representado – adquirem sentido, adquirem significado social, através da interpretação, da codificação de sentidos. Um *Interpretante*, *grosso modo*, seria aquilo que, no processo do significado, dá origem a outros signos (ver itens 2.4 e 2.6).

Peirce considera os signos distribuídos em três grandes categorias: o signo seria um *ícone*, um *índice*, ou um *símbolo*.

O *ícone* é uma qualidade: representa o objeto, por similaridade, por semelhança. Assim, uma fotografia é um signo do tipo *ícone*, pois traduz a similaridade de aparência entre ela e a coisa representada. Também o são o projeto de uma estátua, uma maquete, as expressões da álgebra, ou tudo que represente um objeto, assemelhando-se a ele pela forma (semelhança física), ou semelhança semântica (quando então será uma metáfora). “O ícone é desprovido de conexão dinâmica com o objeto que representa; (...) suas qualidades fazem lembrar as daquele objeto (...), o ícone permanece desligado dos objetos” (idem, p.129).

O *índice* estaria vinculado fisicamente ao seu objeto: “O índice está fisicamente relacionado com seu objeto; formam um par orgânico, mas a mente

interpretadora nada retira dessa conexão, limitando-se a notá-la depois de ela se haver estabelecido” (idem, p.129).

Como exemplo de *índice*, temos: um trovão (indício de que vai chover), um dedo apontando para alguma coisa, um grito de “atenção!”, uma pancada na porta, uma faísca violenta, os chamados “pronomes demonstrativos” (pois indicam alguma coisa).

Se o ícone é o signo da *similaridade*, ou seja, onde uma coisa está imitando outra, pela aparência física ou pela aparência semântica, o índice é o signo da *contiguidade*, onde uma parte está para o todo, ou vice-versa, onde uma expressão é colocada em nome da família a que ela pertence.

Completando a tríade do signo, está o *símbolo*. Um símbolo representaria por convenção:

Um símbolo é uma regra que determinará seu interpretante (...) Todas as palavras, sentenças, livros e outros símbolos convencionais são Símbolos (...) Um símbolo é uma lei, ou regularidade do futuro indefinido... Qualquer palavra comum – “doação”, “pássaro”, “casamento” – é exemplo de um símbolo (...) (o símbolo) não nos mostra um pássaro, nem faz celebrar, diante de nossos olhos, uma doação ou casamento, mas supõe que somos capazes de imaginar tais coisas e a elas associou a palavra. O símbolo não pode indicar qualquer coisa em particular; ele denota um tipo de coisa. Não apenas isso, mas ele próprio é um tipo, e não uma coisa singular (idem, p.126-130).

O *símbolo* é uma convenção, cuja interpretação depende dos fatores do contexto – entendendo-se *contexto* aqui como o conjunto de todos os *interpretantes*. As palavras são signos do tipo *símbolo*, pois elas transmitem significados que estão codificados, convencionados socialmente, são uma *lei*. Comentando qual seria o significado de uma expressão, como a palavra *doação*, tomada como exemplo, Peirce sugere que: *Deve haver algum tipo de lei antes que possa haver qualquer tipo de doação – seja embora essa lei apenas a lei do mais forte* (idem, p.141). Resumidamente,

O ícone é desprovido de conexão dinâmica com o objeto (...) o indicador está fisicamente relacionado com seu objeto; formam um par orgânico (...) o símbolo se relaciona a seu objeto por força da idéia-do-espírito-que-usa-o-símbolo, sem o que uma conexão de tal espécie não poderia existir (idem, p.129).

Não podemos nos estender na riqueza desta teoria, bastando para o momento esta classificação básica do signo linguístico. Detalharemos no próximo capítulo, sobre a metáfora (item 2.4), o uso que faremos da Semiótica, quando

veremos que, para nosso estudo, mais importante que o próprio conceito semiótico de metáfora é o conceito de *símbolo*, em correlação com o conceito de *Interpretante* – assim como o conceito de *Pragmática*.

Enfatizamos que a teoria peirciana teria sido a origem de toda a lingüística pragmática – abordagem da Lingüística que estuda a relação entre a linguagem e as atividades sociais.

Dentre as teorias contemporâneas da semiótica, mencionaremos a Semiótica Social, de Gunther Kress, uma teoria que leva em conta, além dos contextos verbais, os contextos não verbais, além de trazer para o plano principal de discussão a questão dos *gêneros textuais*. Descreveremos três parágrafos de Balocco (2005) que nos parecem definir *gênero textual*, e sua importância para nossa pesquisa:

Para Kress, os gêneros são tipos de texto que codificam os traços característicos e as estruturas dos eventos sociais, bem como os propósitos dos participantes discursivos envolvidos naqueles eventos. Assim, os gêneros textuais (orais ou escritos) constituem um ‘inventário’ dos eventos sociais de determinada instituição, ao expressarem aspectos convencionais daquelas práticas sociais, com diferentes graus de ritualização (...) Kress (...) argumenta que a construção de sentido se dá em dois níveis simultaneamente: no plano do contexto mais imediato, onde se desenvolvem os eventos sociais característicos de determinada instituição, e no plano do contexto mais amplo de determinada cultura. Neste último, localizam-se os significados sociais expressos nos discursos que circulam em determinada cultura, em dado momento histórico, que fazem referência àquilo que se pode dizer; a quem tem autoridade para dizer; e às formas de dizer apropriadas naquela cultura, naquele momento da história. Já o plano do contexto imediato remete às relações sociais locais que se estabelecem entre participantes discursivos, no interior de determinado evento social, aos propósitos do evento social, e à forma como este se desenvolve na consecução daqueles propósitos (Balocco, 2005, p.65-66).

Balocco (2005), ainda nos chama a atenção para a acuidade com que Kress percebe que os *gêneros* o são enquanto hibridizações de gêneros, algo sobre o qual falaremos ao longo do nosso texto, chamando a atenção para que o telejornal que vamos estudar está mesclado de várias influências – haja vista a própria mistura de registro oral e escrito no texto da notícia –, e que também é um *gênero textual* em mutação – muda de telejornal para telejornal, e muda a narrativa, com o tempo, mesmo que lentamente.

Como o nome diz, a Semiótica Social de Kress é a aplicação da teoria semiótica tradicional junto à observação de um sistema social. Assim, para Kress,

a semiótica tradicional não tem como seu escopo “o estudo das relações complexas entre sistemas semióticos e práticas sociais” (idem, p.67), estudo então que ele se empenhará em realizar:

Qualquer texto pode ser analisado do ponto de vista da forma como naturaliza sentidos socialmente ratificados, ou institui novos sentidos. Para tanto, precisamos olhar para as restrições discursivas e genéricas que pesam sobre aquele texto, tanto quanto para as formas complexas pelas quais o texto se relaciona com os textos circundantes, incluindo-se aqui os textos não verbais que o acompanham (idem, p. 70).

Apenas com este parágrafo, talvez possamos resumir a teoria de Kress, e de como concordamos em adotá-la: primeiro, a questão da naturalização/institucionalização de sentidos. A seguir, com a consciência de que o *gênero* telejornalístico *restringe* o uso dos textos – uma questão que está de acordo com a famosa passagem de MacLuham, “o meio é a mensagem”, que também está de acordo com a Teoria da Informação, quando sugere que o *canal* codifica seus próprios *meios*, de modo que o sentido final nunca poderá ultrapassar as potencialidades comunicativas desse canal. Continuando a leitura da citação acima, ainda destacamos a questão da intertextualidade – e, portanto, da hibridização de textos, – e, por fim, a referência à totalidade dos signos – portanto, o viés semiótico.

Assim, a Semiótica Social seria o ponto de nosso uso teórico que uniria as linguísticas referidas na Metodologia – as Linguísticas Crítica e Cognitiva –, e a teoria Semiótica, numa visão híbrida de análise do signo, o signo telejornalístico.

1.5.2

A Linguística Crítica

A Linguística Crítica é uma das abordagens constituintes da Análise Crítica do Discurso (doravante ACD). Relaciona-se a um grupo de pesquisadores ingleses, da década de 1970, entre eles Roger Fowler (Fowler et al., 1979). É, portanto, uma abordagem “irmã” das demais abordagens que compõem a ACD, quais sejam, a visão de Fairclough (1989, 1992a, 1992b) sobre a linguagem e o poder, a Análise do Discurso, de Michel Pêcheux (1982), entre outras.

A Lingüística Crítica teria sido uma busca de aprofundamento das questões abordadas pela Sociolingüística. Na visão crítica, a sociolingüística, mesmo fazendo um estudo sistemático e importante de reconhecimento de comunidades lingüísticas e das variações lingüísticas operadas por estas comunidades, não se dedicava a ler ideologicamente os discursos sociais, ou seja, não se propunha a estudar as relações sistemáticas entre linguagem e parcialidade, linguagem e ideologia, portanto linguagem e pragmática – ou conduta – social.

Com a Linguística Crítica e as demais abordagens da ACD, o escopo da pesquisa lingüística se amplia para as *interpretações* sociais dos fenômenos de linguagem. Portanto, tudo o que propusemos nos itens anteriores relativos aos Objetivos, Hipóteses e Metodologia terá sido um resumo, aplicado, das teorias da ACD. É um resumo aplicado, na medida em que elegemos a Lingüística Crítica, de Fowler et al. (1979), e a aplicamos ao gênero discursivo *telejornal*, a partir de Fowler (1991), obra cuja abordagem inclui a análise do gênero discursivo *editorial* de um jornal. Por isso, já teria nos sugerido alguns pontos importantes entre os gêneros jornalísticos, passíveis de interpretação, os quais veremos detidamente, na Análise de dados (capítulo 4).

Além disso, é uma teoria lingüística voltada para o descobrimento do “padrão de crenças e valores codificados na língua” (Ikeda, 2005, p.48), no caso o discurso jornalístico. No resumo a seguir, veremos os três pontos da teoria de Fowler (1991) enfocados por Ikeda (2005, p.50):

- a) Elementos presentes na notícia, às vezes de “maneira automática”:
 - i) homocentrismo: é a preocupação com países, sociedades e indivíduos, percebidos como sendo um de nós *versus* grupos sentidos como diferentes de nós, estranhos, ameaçadores;
 - ii) consenso: é a afirmação e alegação de todos os partidos políticos, expresso no apelo por “uma nação”, pelo povo “irmanado” (...) O modo como o “nós” deve se comportar é exemplificado por histórias publicadas com regularidade, falando de qualidades como fortaleza, patriotismo, sentimento, esforço;
 - iii) estereótipos: é um escaninho mental socialmente construído, no qual os eventos e as pessoas são classificados para fazer sentido: “mãe”, “patriota”, “executivo”, de um lado, contra “hooligan”, “terrorista”, “estrangeiro”, de outro;
 - iv) fatores sociais e econômicos na seleção da notícia.

A respeito do compromisso que toda emissora da mídia tem com aqueles que a favorecem economicamente, continua Ikeda (2005), sobre Fowler (1991):

- v) vozes acessadas: são visões e estilos de um corpo privilegiado de políticos, servidores públicos, diretores, gerentes, especialistas de vários tipos (...) o desequilíbrio entre a representação do que é privilegiado de um lado e do que não é privilegiado de outro, com uma constante invocação da visão oficial;
- vi) intertextualidade: dependência estilística (e consequentemente ideológica) de outros textos produzidos por fontes oficiais e prestigiosas;

b) Linguagem e representação: padrões de vocabulário mapeiam os registros e seus usuários; enfatizam preocupações espaciais, projetam valores sobre o assunto do discurso; a sintaxe analisa ações e estados, moldando as pessoas com papéis e atribuindo a elas responsabilidade (...) O jornal e seus leitores compartilham uma “competência discursiva” comum, conhecem as afirmações toleráveis, as permissões e proibições de que fala Kress (1985) (Ex.: trabalho é dever, etc);

c) Conversação e consenso:

- i. O idioma público: O estilo codifica uma ideologia já incorporada na língua, implantada aí por práticas sociais e discursivas existentes. A familiaridade de um estilo tem consequências ideológicas: ela permite a expressão imperceptível de pensamentos familiares. O estabelecimento do “estilo normal” é fundamental na construção do consenso e tem sido identificado pelos analistas da mídia como central na prática ideológica dos jornais;
- ii. Consenso e contradição: se o afastamento da norma não é muito grande, eles (os defensores do consenso) aparentam uma espécie de tolerância pluralista;
- iii. Categorização e conversa: a manutenção da ilusão de igualdade requer um trabalho discursivo complexo, o que exige desenvolvimento de terminologia específica para certos conceitos...relações formais e lógicas, tais como de oposição, complementaridade, inclusão, equivalência (Ex.: homem x mulher) (idem, p.52-54).

O fato de termos eleito a Linguística Crítica, porém, não implica que a aplicaremos integralmente, e nem que outras abordagens críticas não estarão nos orientando. Pelo contrário, como dissemos, acreditamos estar nos referindo, tanto nos itens anteriores quanto na Análise dos dados, às teorias da ACD em conjunto, não nos passando despercebidas, por exemplo, as seguintes questões, levantadas a respeito do conjunto de obras do lingüista inglês Norman Fairclough (1989, 1992a, 1992b), e enumeradas (e resumidas por nós) assim, a partir de Meurer (2005):

- a) A linguagem é uma forma de prática social em relação dialética com estruturas sociais;
- b) A linguagem, em suas diferentes manifestações discursivas, tem poder constitutivo, i. é, o discurso cria, reforça, ou desafia: i. formas de conhecimentos ou crenças; ii. relações sociais; iii. identidades ou posições sociais;
- c) Os textos contêm traços e pistas de rotinas sociais complexas; (Meurer nos lembra que a concepção de texto nos trabalhos de Fairclough deriva em grande parte da lingüística sistêmica funcional de Halliday, que por sua vez incorpora ao estudo do texto a noção de contexto. Para Halliday (1978, 1994) o texto (...) pode

ser analisado em termos de linguagem como sistema (um conjunto de elementos léxico-gramaticais) e como elemento semiótico que reflete processos discursivos e socioculturais ligados a estruturas sociais (idem, p.90);

d) Os textos são perpassados por relações de poder;

e) As formas de poder se articulam com trabalho ideológico realizado em diferentes discursos;

f) Todo texto se acha em uma corrente contínua de outros textos e é localizado historicamente (Meurer, 2005, p.82-83).

Estes são alguns aspectos da ACD, do ponto de vista conceitual. Do ponto de vista metodológico, ou seja, na maneira como a ACD procede na análise de textos, temos os seguintes pontos, uma das nossas fontes para a Análise dos dados, e assim resumidos por nós:

a) Além de ser descritiva, a ACD é interpretativa;

b) A análise da primeira dimensão – texto – privilegia a descrição de aspectos relevantes do léxico, das opções gramaticais, da coesão ou da estrutura do texto. Essa descrição, no entanto, não constitui um objetivo final, mas um meio, a base textual para a interpretação e explicação, focos da terceira dimensão da análise;

c) A segunda dimensão – prática discursiva – busca a interpretação do texto... como se estabelece a coerência do texto, qual é a sua força ilocucionária e que aspectos intertextuais e interdiscursivos estão presentes no texto;

d) Finalmente, a terceira dimensão – prática social – busca a explicação para o evento discursivo, focalizando práticas sociais, i.é., o que as pessoas efetivamente fazem, e como as práticas sociais imbricam com os textos analisados... (idem, p. 83).

Segundo Meurer (2005), a abordagem que Fairclough faz, dentro da ACD, amplia a Linguística Crítica de Fowler, no sentido de aprofundar a questão da representatividade do poder nos discursos, definindo mais claramente o termo *discurso*, ampliando também o estudo do discurso enquanto *gênero textual*, o que permitiria maior sistematicidade e maior poder de análise crítica. Além disso, Fairclough se aproxima da teoria adotada pela teoria da Linguística Sistêmica Funcional de Halliday (1987), que tem três suposições, como método de análise das estruturas linguísticas:

A linguagem é multifuncional porque realiza três tipos de significados simultaneamente. Halliday chama esses significados de metafunções da linguagem. São eles: significados ideacionais, significados interpessoais, e significados textuais. Isto quer dizer que a linguagem nos permite fazer três coisas simultaneamente: a) representar a ‘realidade de determinada maneira, refletindo/criando determinados conhecimentos e crenças (significados ideacionais); b) estabelecer relações sociais (significados interpessoais); e c) organizar o texto de determinada maneira, dependendo em parte do canal oral ou escrito (significados textuais) (idem, p.96).

Não vamos nos deter na Lingüística Sistêmica Funcional de Michael Halliday, embora estejamos nos propondo a buscar, também, estes três significados supracitados, bem como seguir uma análise funcional, segundo um de seus conceitos principais, a análise da *Transitividade*, que consiste em identificar a maneira como as palavras se posicionam no discurso, bem como sua pertinência, sua hierarquização, os sujeitos da frase e suas vozes, ativa e passiva (ver item 4.2.1). Pretendemos seguir uma linha de análise, como comenta Meurer (2005), *ad hoc*, retirando das teorias mencionadas aqui apenas os elementos de análise que julgamos pertinentes ao nosso contexto.

Ao nos referirmos ao *contexto*, nos aproximamos mais uma vez da Lingüística Sistêmica Funcional – pois a ênfase no *contexto* é um dos elementos principais da teoria. O que nos mostra como a análise que pretendemos fazer, que cita elementos das três teorias expostas no item relativo às Hipóteses, em conjunto, pode passar de uma a outra, abandonando sistematicidades de uma ou outra, mas retornando, de qualquer forma, a seus preceitos fundamentais.

Além destas teorias que vimos resumidamente discutindo neste item, ainda teremos as contribuições da Lingüística Cognitiva, resumida no item a seguir.

1.5.3

A Lingüística Cognitiva

Para comentar a Lingüística Cognitiva, devemos lembrar primeiro que o termo *cognitivo* se refere a *conhecimento*. A seguir, devemos saber que a Lingüística Cognitiva é uma área derivada da área da Psicologia Cognitiva. Assim, esta lingüística pesquisaria de que forma o conhecimento humano pode ser revelado através das estruturas lingüísticas que ele opera; ou quais os fenômenos sistemáticos que ocorrem no comportamento lingüístico humano, e como eles se dão em suas ligações com a formação de hábitos sociais. Compreenderemos esta teoria ainda como uma maneira de verificarmos como se dá a formação do conhecimento que uma sociedade tem do mundo e a maneira como expressa sistematicamente este conhecimento. Em outras palavras, é como podemos falar de um conhecimento de uma comunidade, a partir do uso social da linguagem desta comunidade.

A Lingüística Cognitiva reconhece, portanto, uma primazia do conhecimento humano, como capacidade natural da pessoa, sendo a metaforização um dos processos que representam esta capacidade. Deste ponto de vista, a metáfora, enquanto palavra, seria tida como linguagem, numa fase já fundada, onde, anteriormente, no próprio pensamento, a estruturação já teria sido metafórica.

Veremos no capítulo 2, mais detidamente, como a Lingüística Cognitiva, desenvolvida ao longo da década de 1980, vê a metáfora. Para exemplificarmos brevemente a teoria, podemos citar que seu principal empenho foi o de identificar os conceitos – que também tomaremos por crenças, ideologias, mitologias – por trás dos usos lingüísticos, através de fenômenos sistemáticos. Temos então uma leitura, lingüística, para um fenômeno inerente à mente humana. Haveria “um sistema conceitual metafórico subjacente à linguagem, que influencia nosso pensamento e nossa ação” (Lakoff & Johnson, 1980, p.15).

Por exemplo, tomando-se a metáfora *tempo é dinheiro*, como um conceito, muito comum nas nossas sociedades, trata-se de estudar como várias expressões lingüísticas, adjacentes a este conceito, colaboram na fixação desta metáfora, deste conceito. Por isso, os expoentes da Lingüística Cognitiva, estudiosos dessa metáfora, George Lakoff e Mark Johnson (1980), se propuseram a identificar este tipo especial de metáfora, a *metáfora conceitual*, aquela idéia que está subjacente ao uso das expressões que a revelam.

A metáfora conceitual seria um substrato mental, que estrutura em volta de si uma rede coerente de idéias, construída por expressões metafóricas, e que pertencem, socialmente, aos domínios semânticos de *tempo*, e de *dinheiro*. Por exemplo: *perder tempo* é como *perder dinheiro*. *Economizar* também pode ser, a partir do nosso código social, identificado, ao mesmo tempo, com *tempo* e com *dinheiro*. E assim por diante. Esses teóricos se dedicam a identificar uma série de conceitos maiores, a partir de aproximações entre metáforas cotidianas, compondo assim uma rede de paralelismos como este.

Quanto à nossa aplicação da Lingüística Cognitiva, pretendemos verificar em que medida um telejornal brasileiro atual faz uso da dinâmica entre metáforas conceituais e metáforas estruturais, tendo essas metáforas posição central na teoria cognitiva que adotamos, e quais seriam essas metáforas. Além disso, pretendemos apontar também possíveis metáforas de outros tipos, vistas por Lakoff & Johnson

(1980) como *metáforas ontológicas* e metáforas da *personificação* – também outros nomes para *conceitos abstratos*. Além disso, pretendemos salientar que processos narrativos e da oralidade se engendram a partir das metáforas, bem como as condutas sociais que elas exemplificam.

Não vamos nos propor a discutir a compatibilidade ou não da teoria cognitiva com as teorias mencionadas nos itens anteriores, no sentido de ser a teoria cognitiva uma pesquisa do conhecimento baseado na mente humana e nas capacidades naturais do ser humano, enquanto a teoria lingüística crítica é eminentemente cultural, partindo de sua análise sem premissas cognitivas, mas com premissas sociais, numa análise que privilegiará o levantamento de parâmetros que têm a ver mais com a situação de uso do que a competência metafórica humana.

Uma vez que nos propusemos, neste trabalho, sugerir uma análise funcional, nossa leitura de Lakoff e Johnson (1980) tentará aproximar as crenças funcionalistas e as crenças cognitivistas, ao invés de afastá-las. Poderíamos citar, a favor desta aproximação, a teoria cognitiva funcional, do lingüista francês Gilles Falconnier, autor da idéia dos Espaços Mentais (Falconnier, 1994) que, como diz o nome, aproxima as duas tendências, as quais, em uma leitura histórica da lingüística, seriam antagônicas.